

# RELATÓRIO DA REUNIÃO DO GTPE

Cícero Monteiro de Souza

Realizada em Brasília, nos dias 28 e 29/10/2016.

## **Pauta:**

Informes da diretoria; Informes das seções sindicais; Programação (Temas e Expositores) para o V Seminário Estado e Educação; Portaria 983/2016 - *Trade in Services Agreement (TISA)*; MP 746/2016 (Ensino Médio); Análise dos Impactos das Medidas sobre a Educação e o Trabalho Docente – Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2016; Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2016 (PLP 257/2016); PEC 241/2016; Projetos sobre Residência Pedagógica, Residência Docente; Texto de Apoio – tópicos.

## **Informes da Diretoria**

A diretoria convocou a Comissão Nacional de Mobilização para a semana de 24 a 28/10, que foi composta apenas por um docente. Vieram mais 5 docentes de base. Com a participação alternada de dois diretores, o grupo fez trabalho de visita aos parlamentares para conclamá-los a votar contra a PEC. Também acompanhou duas audiências públicas relacionadas aos cortes da PEC 241: a dos cortes para as IFE (MEC e ANDIFES) e impactos para o futuro da seguridade social (Auditoria da Dívida, INESC, CUT e parlamentares). A PEC foi aprovada com 7 votos a menos do que no 1º turno. Houve dificuldades para acesso ao Congresso, especialmente para as galerias.

O setor da Educação Federal reuniu-se com a ANDIFES no 18/10/16. Eblin cobrou um posicionamento contrário a PEC 241/16 e que os reitores colaborassem com a campanha “abre as contas reitor” que o setor das IFES vem realizando com o objetivo de explicitar o desmonte dos serviços nas IFE. A representante da ANDIFES comprometeu-se em solicitar aos reitores que atendam a solicitação.

No dia 26/10, em Juiz de Fora/MG, o ANDES-SN (Eblin), representante da APES-JF e da Fasubra reuniram-se com a representante do Conselho de Dirigentes da Escolas de Educação Básica das Instituições Federais de Ensino Superior (CONDICAP) para tratar dos impactos da PEC 241/16 para os 17 colégios de aplicação. Eblin solicitou acesso aos dados sobre déficit dos docentes, número de professores substitutos e de técnico-administrativos em educação para servir de base no processo de negociação entre o ANDES e o governo.

No dia 27/10, o ANDES-SN, por meio do diretor Alexandre Galvão e da diretora Adriana Dalagassa, esteve em audiência com o presidente da Associação dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), prof. Aldo Nelson Bona, para

levar nosso posicionamento contrário a PEC 241/16 e solicitar que os reitores divulguem os cortes orçamentários e as contas das IEES-IMES. O presidente da ABRUEM informou que a entidade já havia se posicionado sobre a PEC, por meio de nota e se comprometeu em pautar o debate na próxima reunião administrativa da associação, a ocorrer em 9/11/16.

O ANDES-SN foi convidado para participar da Audiência pública na Câmara Federal, no dia 09-11/16, para Discutir a MP 746 (contrarreforma do ensino médio); para o debate no CNE sobre PNE, no dia 08/11/16 e para uma mesa de debate no dia 10/09 sobre no Simpósio Terceirização, Corrupção e Precarização do Direito dos Trabalhadores.

A senadora Rose Freitas (PMDB-ES) apresentou uma PEC, de no 53/16, que propõe a inclusão da Educação como atividade essencial na lei que regulamenta a matéria.

O STF tomou uma decisão que determina o corte dos salários de grevistas no setor dos serviços públicos. Já foi solicitado um parecer da AJN.

Existe um conjunto de projetos, em caráter terminativo, que tratam da educação na pauta da Comissão de Educação do senado. Eles estão contidos no documento impresso distribuídos nesta reunião e serão objetos para composição do TA e TRs sobre política educacional no 36º Congresso do ANDES.

As seis universidades estaduais paranaenses estão em greve pelo descumprimento do acordo e existem mais de mil escolas públicas ocupadas pelos estudantes que lutam contra a MP 746/16 e a PEC 241/16.

Nos dias 21, 22 e 23 de outubro o ANDES participou da reunião da Coordenação Nacional da CSP CONLUTAS, em São Paulo. Na ocasião foi realizada uma análise da Conjuntura na qual foram destacados pontos da pauta que vem sendo desenvolvida para a construção da greve geral. Salientando-se que apesar da tentativa de buscar a unidade entre as diferentes Centrais Sindicais até o momento não foi possível se marcar uma greve geral, tendo uma agenda na qual há indicativos de mobilizações e paralisações nos dias 11 e 25 de novembro. O ANDES participará das duas datas e continuará trabalhando pela Unidade, no sentido de ações conjuntas que visem barrar as medidas que vêm sendo adotadas como a aprovação da PEC 55/2016 (PEC 241/16), a Reforma da Previdência e Trabalhista. Foi aprovada a Resolução que coloca os pontos principais das lutas. O material foi distribuído no GTPE. Jacob participou da setorial da educação onde repassou os informes do ANDES-SN e na qual foi discutida estratégias do setor da educação básica para maior articulação interna e com demais oposições para participação no Congresso da CNTE.

Foi elaborado e divulgado um Manifesto em Defesa da Educação Pública (distribuído), no qual várias entidades nacionais assinaram, deixando clara posição em defesa da educação, da laicidade e contra as medidas restritivas que vêm atacando o setor, como a MP 746/2016, a Lei da Mordada, a PEC 55/2016 (241;2016);

A Comissão Assessora do CNPq, em reunião, elaborou uma declaração (distribuída) na qual expressa seu desacordo com as medidas propostas pela direção do órgão em cortar as bolsas de pesquisa que estavam em fase de renovação, assim como não abrir novas bolsas e também de não destinar recursos para os Editais abertos pelo órgão. A manifestação expressa deixa clara a posição de desrespeito com a pesquisa, com a ciência e o pouco caso do governo com o corte de recursos que impedirá a possibilidade de produção do conhecimento, limitando o país a mero comprador de produtos e tecnologias de outros países.

Em relação a Cartilha que trata do RSC foi informado que a por motivos operacionais houve um atraso na sua finalização. No momento o material já foi enviado para a Encarregatura de Imprensa, devendo a Cartilha está pronta no mês de novembro.

A PEC 241/2016 foi aprovada no segundo turno e destaca-se o retrocesso que isso vai representar para a sociedade como um todo. No caso da educação, estudos mostram a perda de cerca de 250 bilhões de reais caso essas medidas estivessem vigorando no período de 2006 até 2015. O ANDES preparou um InformAndes (distribuído) do mês de setembro, no qual tem uma ampla matéria sobre o assunto, trazendo a análise dos prejuízos que a educação sofrerá com a modificação da Constituição com a desvinculação dos recursos, 18% dos impostos da União e 25% dos Estados e Municípios, arrecadados via impostos.

O ANDES participou de reuniões em Lisboa com Sindicatos, incluindo o Sindicato de Ensino Superior. Um dos objetivos dessa reunião foi o estabelecimento de contato com os professores daquele país, visando manter relações sindicais que venham fortalecer a luta em defesa da educação e dos interesses da categoria de docentes. Houve também participação com sindicatos de outras categorias que estão organizando uma campanha mundial pelo Emprego Digno para todo o mundo. Eblin participou também de reunião no México com sindicato da educação, onde as políticas de privatização e mercantilização do setor estão bastante avançadas.

### **Pontos discutidos e aprovados**

- Portaria 983/2016 - *Trade in Services Agreement (TISA)* Olgaíses fez uma exposição sobre este ponto, indicando o que a Portaria representa enquanto um passo na direção da assinatura do Acordo (TISA) cujo objetivo é tornar a educação um Serviço que seguirá as normas internacionais, o que possibilitará uma investida ainda maior do capital estrangeiro na definição das políticas educacionais, na elaboração de matérias, livros

didáticos e outro. Há necessidade de se ter uma firma posição contrária a tal Acordo. Em seguida foi aberto o debate, tendo havido um conjunto de falas analisando o tema para apontar o posicionamento a ser apresentado no texto de apoio e no texto resolução para o 36º Congresso do Andes.

- MP 746/2016 (Ensino Médio); Ana Maria fez uma exposição sobre o tema que logo após foi colocado em debate pelos participantes que apontaram suas contribuições e manifestaram sua posição quanto ao assunto.

#### **– V Seminário Estado e Educação do Andes/SN**

Programação (Temas e Expositores) para o V Seminário Estado e Educação. A coordenação do GTPE apresentou uma contra proposta à proposta apresentada na última reunião do GTPE. Após discussão das duas propostas houve concordância por unanimidade em aprovar a seguinte proposta:

Tema: Educação como Direito e como Prática da Liberdade (aprovado na reunião de setembro do GTPE)

Local: Vitória – Espírito Santo, sob a responsabilidade da ADUFES. (aprovado anteriormente)

Período: 28, 29 e 30 de abril de 2017

Programação:

#### **Dia 28**

18h – Mesa de Abertura

18h30 – 20h30 - Mesa sobre O Financiamento da Educação Face ao Ajuste Fiscal. Maria Lucia Fatorelli e Lisete Arelaro. Lalo Minto. Outros nomes propostos em caso de impossibilidade dos indicados: Amauri Perusso, Vera Jacob, Otaviano Helene, Nelson Cardoso do Amaral.

20h30 às 21h30 - Debate

Atividade Cultural

#### **Dia 29**

9h às 10h30 - Mesa Internacionalização e Mercantilização da Educação, Expositores: Olgaíses Maués (confirmado) e Valdemar Sguissard, Marília Morosini, nomes que poderão ser consultados ficando os demais nomes como possibilidades Mario Neves e Gladys Barreto, consultar agenda.

10h30 às 12h - Debate

14h às 16h – Painel A Ofensiva Conservadora na Educação: a formação do sujeito histórico – escola sem partido (Fernando Penna), BNCC (Nilda Alves e Claudia Picinini) e Reforma do Ensino Médio (Jose Rodrigues)

16h às 17h - Debate

17h - Intervalo – Lanche

18h às 20h - Paineis A Educação Inclusiva numa sociedade Excludente – representante do GTPCEGDS e Rosalba Garcia (UFSC) para abordar a Escola Inclusiva para pessoas com deficiência.

20h às 21h - Debate

### **Dia 30**

9h às 12h – Grupos de Trabalho para debater os elementos constitutivos de um Projeto Classista e Democrático de Educação, com os seguintes eixos:

1. Política de Financiamento: condições de pleno funcionamento das IE públicas; efetivo exercício da indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão pelas IES; garantia de acesso e permanência estudantil.
2. Política de Formação e valorização dos professores: compromisso das universidades com a formação inicial e continuada de professores, condições indispensáveis para uma formação de qualidade, política de valorização da atividade docente: carreira, salários e condição de trabalho. Residência pedagógica.
3. Política de Avaliação como processo social e democrático de aperfeiçoamento da ação educativa: os danos dos instrumentos padronizados de larga escala; articulação entre particular e geral na avaliação das IIES (graduação e pós graduação), do trabalho docente e a questão da autonomia. Estudantes como sujeito da avaliação de aprendizagem.
4. Política Curricular: currículo como percurso da formação dos sujeitos históricos nas instituições de ensino, autonomia e democracia na construção do projeto pedagógico em oposição às políticas de controle curricular.

14h às 18h – Plenária Final de consolidação dos grupos de trabalho

18h30 – Encerramento

- Projetos sobre Residência Pedagógica, Residência Docente: Jacob expos os vários projetos de lei que tramitam na Câmara Federal e Senado sobre a instituição de residências educacional/pedagógica/docente, apresentando a experiência do Colégio Pedro II e do curso da Pedagogia da Unifesp. Em seguida debateu-se o assunto e foi deliberado incluir o ponto para aprofundamento no V seminário Estado e Educação no eixo Formação e Valorização dos Professores.

Tópicos a serem apresentados no texto de apoio e textos resolução para o 36º Congresso do ANDES-SN.

**- Tópicos para compor texto de apoio e de resolução para o 36º Congresso do Andes/SN**

Jacqueline apresentou os pontos retirados das discussões da reunião e em seguida outros participantes apresentaram adendos para serem incorporados na elaboração do texto do GTPE para o 36º Congresso.

A coordenação destacou que todos os Gts de base, seção sindical ou sindicalizados individualmente podem remeter seus textos e resoluções para o Congresso.

A mesa agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Recife, 3 de novembro de 2016

Cícero Monteiro de Souza